



Macau, a China e o Japão

Uma Relação Histórica – Séculos XVI–XVII

LEONOR DIAZ DE SEABRA*

* Assistente do Departamento de Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau. Licenciada em História e Mestre em "Estudos Luso-Asiáticos" (variante História).

Lecturer in the Portuguese Department, Social and Human Sciences Faculty of the University of Macao. History graduate, with a Masters degree in "Portuguese-Asian Studies" (History).

As relações, quer políticas quer comerciais, da China com o Japão, foram sempre bastante irregulares.

No entanto, desde a mais remota antiguidade que há notícias dessas relações.

Fontes chinesas indicam, no século V a. C., cinco reis do Japão que, durante esse século, enviaram embaixadas tributárias à China. No século VIII d. C., no apogeu do período Nara – cidade imperial nipónica de 710 até 781 – o Japão enviou nove embaixadores à China Tang e mais dois no começo do século IX, através do seu porto de Naniwa.¹

A sua influência na cultura japonesa foi constante. No entanto, os japoneses não se limitaram a copiar os conceitos: adaptaram-nos.

Em plena idade feudal do Japão, nos fins do século XIII, o chefe mongol Kublai Khan, depois de ter invadido a maior parte da China e toda a Coreia, enviou, em 1266, mensageiros a exigir ao Japão que se incluísse entre os vassalos tributários do novo estado Mongol.

Como resultado da negativa obtida, aquele tentou invadir o Japão em 1274 e em 1281 e preparava nova ofensiva em 1294, quando ocorreu a sua morte. Estas tentativas fracassaram, mas os japoneses mantiveram o alerta militar até 1314.²



MACAU ENTRE A CHINA E O JAPÃO

Nos séculos XIV e XV, deu-se uma notável expansão do comércio para o continente.

Durante um longo período, o comércio externo japonês estivera entregue a navegadores coreanos e chineses. A ameaça mongol, no entanto, fez desenvolver a classe marítima nipónica, acelerando imenso a construção de barcos e a capacidade marítima do Japão.

Nas décadas que se lhe seguiram, instituíram-se numerosas comunidades japonesas na costa, na sua maior parte no mar Interior e nas ilhas Kyushu, aventurando-se depois no mar da China.

Nos princípios do século XIV, os japoneses começaram actividades de pirataria e saque das costas, no mar da China: a estes barcos de piratas os japoneses deram o nome de *wako*, nome oriundo da bandeira do deus da Guerra que invocavam. Este carácter de pirataria resultava também da clandestinidade a que as autoridades da Coreia e da China obrigavam o comércio marítimo, considerado indesejável, pelo que o pretendiam suprimir ou, pelo menos, restringir fortemente.³

Ao instalar-se o xogunato Ashikaga, os grupos políticos e religiosos já se tinham habituado aos lucros do comércio marítimo e pretenderam reduzir a actividade dos *wako* e controlar as suas manifestações. O xógum e outros grupos da capital – Kyoto – pretenderam desenvolver o comércio organizado com a China e, ao mesmo tempo, controlar toda esta actividade mediante licenças oficiais. Daí, outra aliança dos interesses feudais com os dos comerciantes. Embora não esteja provado que tenham controlado os *wako*, é um facto o desenvolvimento do comércio com a China, especialmente depois do estabelecimento da dinastia Ming, em 1368.⁴

Entretanto, em 1373, o imperador Ming, Hongwu, mandava ao Japão dois monges como seus enviados, pedindo que cessassem as actividades dos *wako* contra a navegação e as costas chinesas. O xógum Yoshimitsu nada pôde fazer naquele momento.

Em 1392, o imperador Hongwu renovou a sua pressão sobre os japoneses e insistiu na aceitação da suserania. Sucumbindo a vantagens comerciais, Yoshimitsu entrou em acordo tributário com o imperador chinês. Em 1401, enviou uma missão à China, prometendo acabar com os *wako*. Essa embaixada regressou em 1402, com a investidura de Yoshimitsu como rei do Japão e súbdito dos Ming.

Os sacerdotes japoneses não lhe perdoaram o que consideraram ser um atentado à honra nacional japonesa, embora fossem enormes os benefícios comerciais.

Em 1410, o xógum Yoshimochi rompeu o acordo com a China, invocando motivos de honra. Posteriormente – com a sua morte, em 1428, e tendo ascendido ao trono um novo imperador Ming, em 1425 – reataram-se as negociações e os japoneses conseguiram um acordo comercial mais liberal. Recomeçou o comércio em 1432, sob a mesma base de uma embaixada decenal, mas com vários navios.⁵

Na realidade, porém, este comércio limitado era demasiado restrito para os japoneses que começaram a pulular nos mares da China, em concorrência com os chineses e, depois, quando estes apareceram, com os portugueses.⁶

Nos fins dos anos trinta do século XVI, em plena crise da autoridade feudal japonesa, começou a exploração das minas de prata. O preço da prata, a partir do início da produção das minas de Omori (província de Swami) e de Ikuno (província de Fujima), nos fins da terceira década do século XVI, era muito mais baixo no Japão do que no resto do Oriente.

Esta prata era incomparavelmente melhor do que a dos outros países do Oriente, quer em qualidade quer em preço. Ao imenso mercado da prata que era a China, este facto não podia ter passado despercebido e é provável que tenham sido os chineses os primeiros a procurá-la, apesar das proibições imperiais. Utilizavam então os portos de Satsuma e de Osumi, no extremo da ilha de Kyushu, que, apesar das difíceis comunicações com os centros comerciais, os protegiam melhor das investidas dos *wako*, os temidos piratas japoneses.⁷

É também natural que os portugueses conhecessem estas novas possibilidades comerciais e delas beneficiassem, através dos chineses, com quem andavam em contacto em Liampó e nas ilhas das costas da China Central.

Ora, mesmo antes da “descoberta” do Japão, em 1543, já deveriam existir relações entre os portugueses e os japoneses, em encontros clandestinos nas ilhas ou no mar, ao longo da costa da China Central. Assim, dispondo os portugueses de um porto fixo na costa, em Liampó, passaram a invernar nele, evitando o regresso aos portos do Sião ou do Patane, de onde provinham, na maior parte, os juncos. A partir da chegada dos portugueses ao Japão, em barcos desviados por um temporal, provavelmente com gente instalada naquelas ilhas da China, passou ali a ser um centro comercial que imediatamente se valorizou.

Desde os primeiros contactos directos, o Japão fixara-se na mente dos portugueses da época como o país da prata. Em troca dela, a preço baixo, os

MACAO BETWEEN CHINA AND JAPAN



A rota de Goa a Nagasáqui.

portugueses levavam ao Japão, em comércio legal, a seda da China, altamente apreciada e que atingia valores elevadíssimos, aproveitando-se da inexistência de navegações oficiais. A sua charneira eram as ilhas de Cantão e, mais tarde, Macau.⁸

Macau era essencialmente uma comunidade comercial, mas a sua situação, no ciclo económico e na conjuntura política, tornou-o um centro de actividade internacional – China e Japão – e nacional, na complexidade das relações das duas potências ibéricas, com interesses opostos mas unidas na pessoa do mesmo soberano: a Espanha e Portugal; as Índias Orientais e as Ocidentais; Goa-Manila-Malaca-Macau.

A agravar esta complexidade, o problema religioso. A cidade era base da expansão do Padroado Português do Oriente – China, Japão, Sudeste Asiático, o Tonquim, a Cochinchina, o Hainan, o Camboja e o Sião –, rival do Padroado da Coroa Espanhola que, através das Filipinas, pretendia lutar contra a hegemonia portuguesa naquela região. Como resultado, a rivalidade traduzia-se também na luta entre as ordens religiosas: Jesuítas, Franciscanos, Agostinhos e Dominicanos. Os primeiros estavam firmemente instalados em Macau e no Japão, resistindo tenazmente à penetração dos restantes, com base nas Filipinas.

Assim, de comunidade comercial, que era inicialmente, Macau passou a ser um importante centro de política geral e base para a expansão e orientação religiosas, disputada por dois interesses nacionais antagónicos – o português e o espanhol – e pela rivalidade das ordens religiosas.⁹

Comercialmente, estava na confluência dos interesses económicos ligados ao maior mercado do Oriente – a China – e à fonte mais desejada da prata – o Japão. Era o porto indispensável para a navegação portuguesa da Índia e de Malaca para a China e para o Japão, tendo que assegurar a regularidade dos fornecimentos da seda adquirida nas feiras de Cantão, para que a viagem para o Japão se processasse com normalidade, e dos abastecimentos, para que a viagem nos dois sentidos, pudesse ter apoio logístico e técnico.¹⁰

Os portugueses haviam adquirido o monopólio do comércio marítimo com a China. As relações com os chineses atingiram, então, um incremento inédito.

As lutas com os piratas reacendiam-se. Os *wakos*, em verdadeiras campanhas, tinham posto a ferro e fogo as costas da China Central e do Sul nos anos de 1549 e 1553, recrudesceram de actividade no ano de 1557, o que se repetiria em 1559 e 1563.¹¹

O comércio sino-japonês fora interrompido oficialmente. Os mares eram domínio de saqueadores

MACAU ENTRE A CHINA E O JAPÃO

e piratas das duas nações (Japão e China), sendo anos de grande confusão e de grave risco nessa zona. Os japoneses há muito que tinham bases em Annam, no Sião e em Luzon, dedicando-se ao comércio das especiarias. Os barcos japoneses, sem obedecerem às autoridades japonesas, faziam incursões contra as costas chinesas tão graves que o debilitado governo imperial acabou por ordenar o deslocamento forçado da população para várias milhas no sentido do interior.¹²

Continuava a China a ser um elemento importante do comércio japonês, porque o principal negócio dos comerciantes era o da importação da seda

Assim, de comunidade comercial, que era inicialmente, Macau passou a ser um importante centro de política geral e base para a expansão e orientação religiosas, disputada por dois interesses nacionais antagónicos – o português e o espanhol – e pela rivalidade das ordens religiosas.

e ouro chineses em troca da prata japonesa. Neste comércio se introduziram os portugueses, tendo Macau aí desempenhado um importante papel.¹³

O binómio comerciante-missionário foi uma constante na expansão portuguesa dos séculos XV-XVIII, funcionando, de forma muito particular, durante o Século Cristão no Japão. O missionário não podia prescindir dos navios de transporte nem do apoio material do comerciante e, por seu lado, o contributo daquele tornava-se muito útil para o mercador nestas terras longínquas. Dada a especificidade da sua missão, os padres tiveram de aprender a língua, de compreender as formas de vida dos japoneses e de penetrar nessa sociedade, tão diferente da Ocidental. Tornaram-se, assim, intérpretes

indispensáveis e veículos de informações de grande importância para a actividade mercantil.

Depois de Kagoshima, Funai, Hirado e Yokoseura, os portugueses continuavam à procura de um porto onde se estabelecerem no Japão.

Em 1549, S. Francisco Xavier visitou Kagoshima (Japão) com um japonês, Anjiro, que se convertera ao cristianismo, adoptando o nome de Paulo de Santa Fé. Iniciou a sua missão com tanto sucesso que logo escreveu para Goa pedindo mais missionários. E, a partir de 1570, quando o dáimio de Omura – que se convertera ao cristianismo – promoveu a fundação de Nagasáqui, os portugueses tiveram aí um porto terminal para a viagem de Macau e as suas actividades económicas muito facilitadas.¹⁴

Se as almas explicam o entusiasmo dos jesuítas e demais religiosos, os mercadores de Macau eram atraídos pelo metal com que no Japão eram pagas as mercadorias que compravam na China para ali venderem. É que a prata era essencial para o comércio chinês da seda. Esta, nos portos nipónicos, rendia mais peso de prata do que a que pagava a mercadoria em Cantão. Esta diferença constituía o lucro do mercador que negociava entre os dois países.

Ora, a China era uma “aspiradora” insaciável de prata, metal em que recebia o pagamento dos seus produtos, em especial a seda. O Japão, onde se tinham descoberto minas daquele metal de elevada qualidade, como vimos, apresentava um preço muito mais baixo que o chinês. Assim, uma peça de seda paga em prata na China exigia muito menos peso de metal do que aquele que, no Japão, entregavam em pagamento da mesma peça, quando vendida. A seda chinesa era especialmente apreciada neste mercado, que o importava sem limite de quantidades.¹⁵

No dizer de V. M. Godinho, a China “era o sorvedouro da prata mundial”. A porta de entrada que o Ocidente tem para o Império, que a sorve, é Macau. À Cidade de Nome de Deus aflui pela Rota do Cabo, Goa e Malaca, e também pelo Pacífico, via Manila, depois de 1565.

Uma fonte nova – as Filipinas – abria-se com a prata da América em 1565 e perturbava todo o circuito legal até aí vigente na Península Ibérica e nos impérios espanhol e português.

A poucos dias está a outra grande fonte: o Japão.¹⁶

É a “nau do trato” (a nau da viagem do Japão) que recolhe esta prata e a leva para o vórtice da China. Além

MACAO BETWEEN CHINA AND JAPAN



Pintura em rolo, século XVII, registrando a última missão de Macau a Nagasáqui (Biblioteca de Nagasáqui).

MACAU ENTRE A CHINA E O JAPÃO

de prata, o Japão pagava também com algum ouro. Também na China aquela era trocada por algum deste metal, pelo que, em Malaca e em Goa, os direitos pagos à coroa portuguesa pela mercadoria vinda do Extremo Oriente, nas viagens, passaram a ser da maior importância.

A chegada dos portugueses ao Japão abriu, assim, um mercado providencial para aqueles.

Consumindo tradicionalmente enormes quantidades de sedas chinesas, apreciadas sobre todas as outras mercadorias, o Japão pagava-as sempre em barras de prata de produção nacional. A produção era abundante e ali não era moeda, mas sim mercadoria.

Os portugueses passaram a ser os grandes transportadores do comércio do Oriente e os únicos e incontestados detentores do fabuloso monopólio do comércio com o Japão.¹⁷

Justamente por essa época começara no Japão a economia monetária, com moedas de ouro, sem

considerações de bimetalismo. Estas moedas, sobretudo a partir de 1568, com a conquista do poder por Oda Nobunaga, passaram a ser meio de pagamento corrente, não só de mercadorias, mas especialmente de impostos, até aí exclusivamente pagos em arroz. Aumentou, assim, a procura do ouro e a pressão dessa demanda.

Não tendo bastante produção, o Japão importava ouro, acrescentando-o à lista das mercadorias que comprava aos mercados externos e que já incluía as sedas, as porcelanas, o salitre, o mercúrio e o almíscar, base das cargas dos navios portugueses.

Tudo isto era pago em barras de prata, em enxofre e algumas armas brancas que, no Oriente, tinham justificado renome. Mas, acima de tudo, em prata.¹⁸

Este tráfego passara para os portugueses, pouco depois da sua chegada ao Japão, através dos seus navegadores e mercadores e do hábil e pacífico afastamento dos concorrentes chineses e japoneses, por meio de arranjos que conciliavam os interesses de todos.

A continuidade da presença portuguesa no mar da China terá resultado da conjugação de factores tais como: do lado português, deveu-se à temeridade e à persistência dos seus aventureiros, à capacidade de se infiltrarem nas redes de comércio locais e de explorarem rivalidades entre os diferentes potentados dessas regiões, à superioridade da sua técnica (militar e naval) e à diplomacia da maioria dos seus fidalgos, missionários e até aventureiros; da parte japonesa, foi fundamental a importância dos lucros do comércio realizado pelos portugueses, que permitiram um melhor apetrechamento dos exércitos dos senhores feudais; para as autoridades de Cantão, a aceitação da presença portuguesa em Macau garantia que os lucros do comércio sino-japonês ficariam na sua cidade e que os piratas japoneses (os *wako*) deixariam de apoquentar significativamente a foz do rio das Pérolas.¹⁹

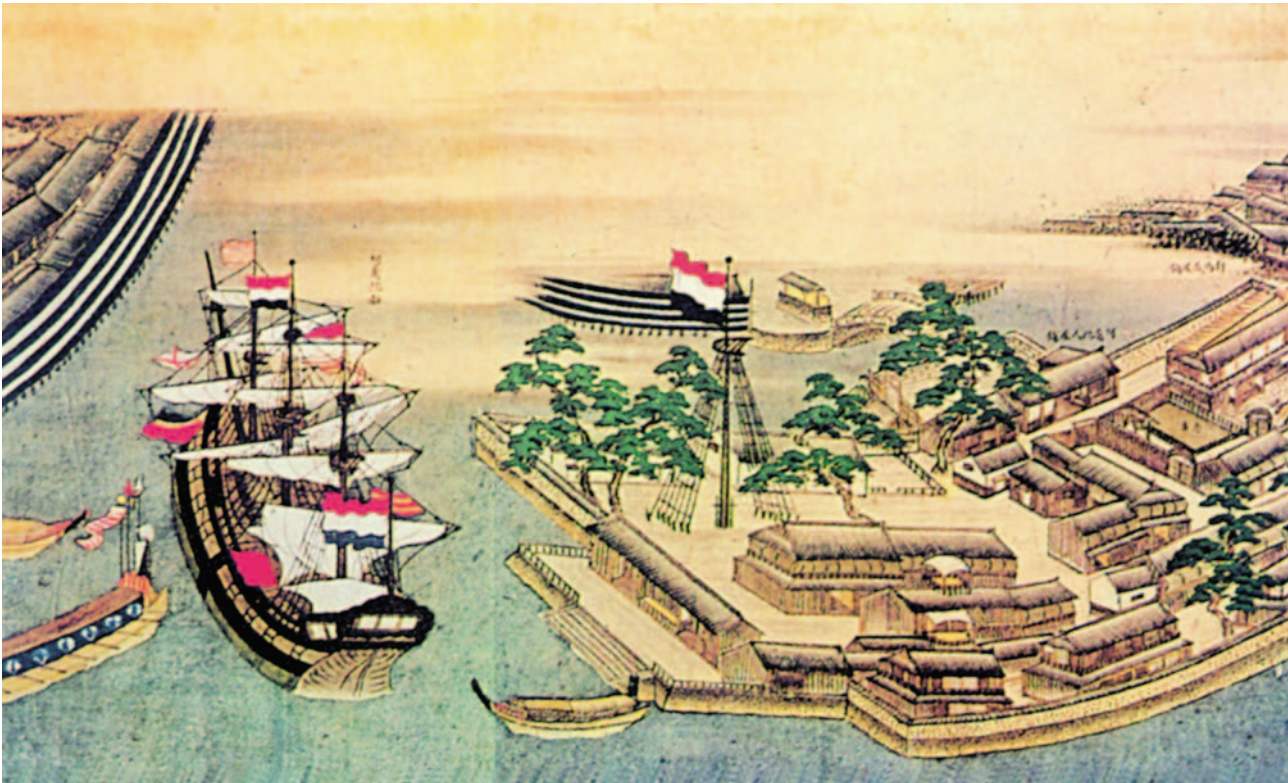
As exportações portuguesas para o Japão, contudo, não se restringiram ao campo comercial: exportaram tecnologia ocidental militar e de mineração, o que transformou significativamente a sociedade japonesa.

Como já foi referido, toda a produção nipónica era destinada ao comércio de exportação. Calcula-se que, até 1580 – menos de 40 anos depois de se iniciar o comércio com os portugueses – as naus da “Viagem” tenham carregado uma média anual de quinhentos mil cruzados de prata em barra.

Já por volta de 1583-91 a carga anual ultrapassaria os 600.000, atingindo um milhão no final do século



MACAO BETWEEN CHINA AND JAPAN



Deshima, onde os portugueses, e mais tarde os holandeses, ficaram confinados. Pintura de artista desconhecido, 1804 (Universidade de Tóquio).

XVI e princípios do XVII. O que corresponde a 13 toneladas iniciais, duplicando para o fim do período.²⁰

A prata continuou a constituir, então, quase que o único retorno da “Viagem” do Japão.

Durante anos, a nau de Macau (o *kurofunê*) – o “navio negro”, assim chamado por causa da cor de que era pintado – levava, para o Japão, ouro produzido na China. A procura japonesa excedia a produção própria, restrita, nas últimas décadas do século XVI, a 700 quilos. Por isso a nau carregava, por viagem, cerca de 900 quilos em 2.000 pães de ouro (1 pão = + 2 marcos).

Ao abrirem-se novas minas japonesas de ouro, o tecto manteve-se, deixando o metal de ser mercadoria que interessasse levar para o Japão, onde outras mercadorias valiam mais prata.

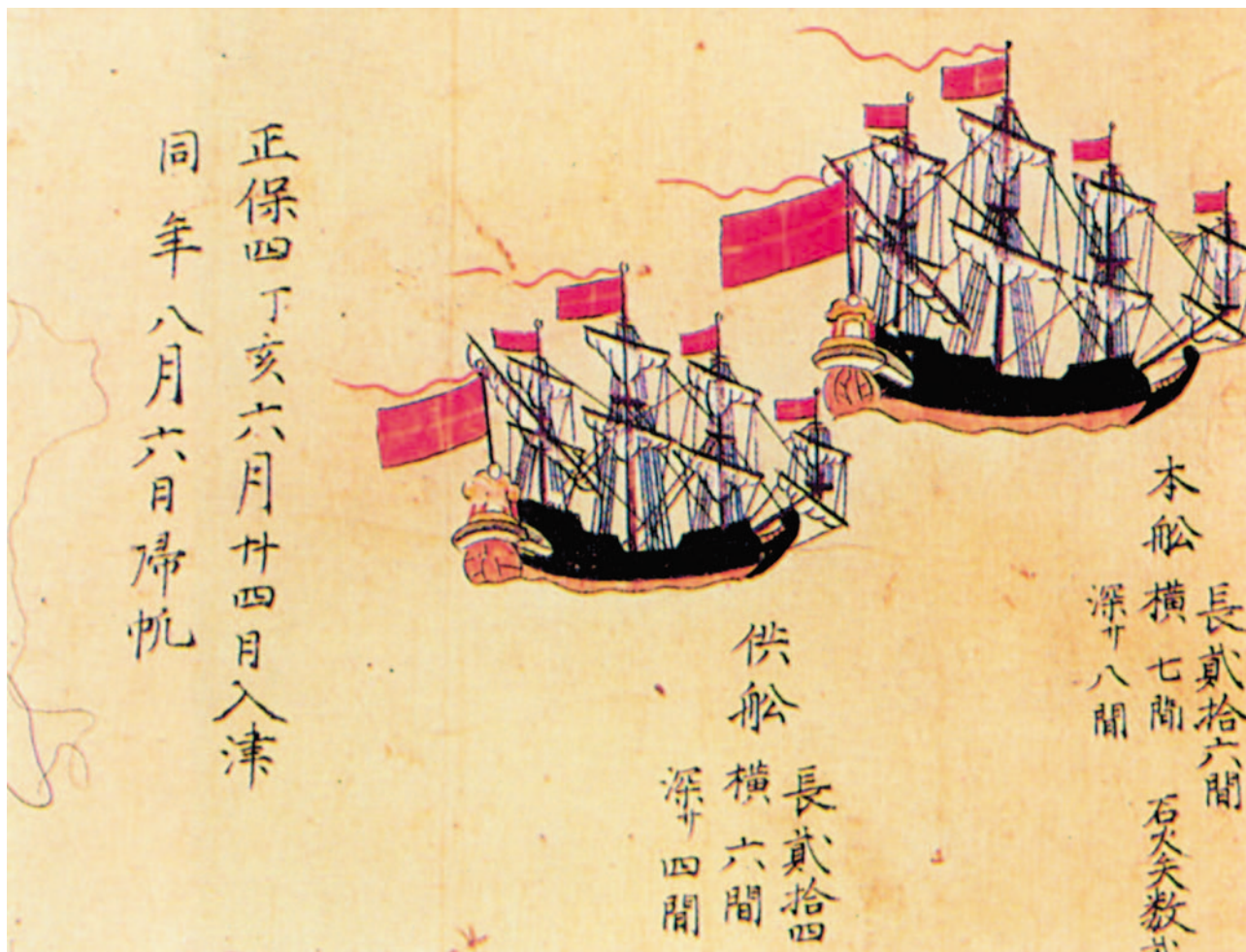
Já no século XVII, entre 1624 e 1630, a produção do ouro japonês superou em 50 por cento a de 1581 a 1600. A partir de 1572 chegava também algum ouro das Filipinas. Tudo isto fez baixar a razão prata/ouro, voltando a primeira – a prata – a despertar o maior interesse nas trocas.

O capitão-mor D. João de Almeida escrevia, em 1582, que “é coisa de muita importância e serviço de

Deus e Sua Majestade conservar esta povoação e trato com estes Chineses” e que “toda esta máquina se sustenta com o trato e comércio que há desta Cidade para o Japão, o que tudo se perderia, perdendo-se esta povoação e trato.” O “trato” é o da seda da China para o Japão e o da prata em que este mercado a pagava. Era a prata um dos elementos básicos de todo o sistema, mas abrangia problemas de ordem universal, transcendendo o Oriente.

O génio militar e administrativo de Oda Nobunaga lançou as bases da centralização política do Japão, na segunda metade do século XVI, pondo fim ao clima de guerra civil interminável, alimentada por rivalidades e ambições pessoais dos dáimios (nobres terra-tenentes, com grande autoridade nos seus domínios). Após a sua morte violenta, em 1582, surgiram conflitos pela posse do poder político instaurado por aquele chefe militar. Os seus generais formaram um Conselho quadripartido, numa tentativa de conciliação, mas um deles, Toyotomi Hideyoshi, eliminou os outros três, tornando-se o sucessor político de Nobunaga, intensificando a centralização do poder e impondo-se como militar poderoso. Foi ele que

MACAU ENTRE A CHINA E O JAPÃO



Embarcações portuguesas. Pormenor de um mapa de Nagasáqui, finais do século XVI (Museu da Marinha, Lisboa).

promulgou o primeiro édito de expulsão dos jesuítas, em 1587. A ordem de expulsão não foi executada com rigor, mas significou um aviso sério: a actividade dos missionários poderia ser suprimida de um momento para o outro.²¹

Os jesuítas tinham, para além da importância como missionários e intermediários com os japoneses, importância também comercial. Para manter as despesas da Missão, negociavam em sedas trazidas de Macau (90 picos por ano, rendendo 4 a 6.000 cruzados). Além disso, serviram, muitas vezes, de intermediários dos japoneses, tal como os portugueses em geral. A primeira embaixada, de dáimios cristãos, enviada a Roma (1582-1590) de Kyushu, era chefiada pelos padres Luís Fróis, João Rodrigues, o Tçuzzu, e Diogo de Mesquita.²²

Também os negociantes de Cantão usavam os portugueses para, através deles, embarcarem as suas

mercadorias para o Japão e para as Filipinas. O próprio feitor e o capitão-mor chegaram a ter que prestar estes serviços, embora não o fizessem desinteressadamente. Aquelas entidades investiam largas quantidades de prata na compra das sedas da China, para revenda no Japão. Isto foi tão longe que, por fim, os mercadores de Macau pouco mais eram que agentes para estes negócios alheios.²³

O sistema de vendas era maleável. O feitor da cidade de Macau era um elemento importante e mais ainda depois do estabelecimento do sistema de venda por “pancada”, em 1604. Consistia esta no leilão que era feito de toda a partida de seda perante o representante dos monopolistas do comércio das sedas japonesas. O feitor era o representante do lado português e todas as vendas de seda, de mercadores individuais, eram feitas por seu intermédio.

MACAO BETWEEN CHINA AND JAPAN

Basicamente, se não havia possibilidade de aceitar o preço oferecido pelos portugueses ou pelos japoneses, a mercadoria regressava a Macau ou ficava para ser negociada no ano seguinte; poucas vezes isto sucedeu, contudo, pois chegava-se quase sempre a um acordo.

Este sistema de vendas tinha a sua correspondência na organização comercial em Macau que, a partir de 1578, passou a ser definida tendo em consideração os interesses dos mercadores, dos moradores e a necessidade das receitas para manter as missões jesuítas no Japão.²⁴

Assim, a carga máxima de seda branca crua para o Japão passou a ser limitada a 1.600 picos (pico = 1.500 taéis de peso ou 100 cates), comprados na feira de Cantão. Este carregamento era formado pela parte de cada morador local, proporcional aos seus meios, e que era inscrita numa escala de distribuição aprovada por todos, em reuniões gerais. Qualquer morador ou “casado” de Macau podia embarcar seda, no valor de 50, 30 ou 20 picos, cuja venda era feita no conjunto, recebendo depois, proporcionalmente, no regresso da “Viagem”. O total de 1.600 picos era, portanto, embarcado e vendido, em Nagasáqui, pelo feitor do Senado de Macau e os lucros distribuídos pelos carregadores (moradores, etc.), no regresso a Macau.²⁵

A posição portuguesa nesse mercado foi diminuindo nos princípios do século XVII, como resultado de uma combinação de factores de política externa e económicos.

A chegada dos holandeses a esta região e a relativa facilidade com que capturavam carracas portuguesas (grandes naus ou galeões), ricamente carregadas, demonstraram aos mercadores de Macau a necessidade de serem utilizadas embarcações mais pequenas e mais numerosas. A preocupação dos mercadores portugueses de Macau, partilhada pela Coroa e pelo capitão-mor, levou à utilização de galeotas no comércio do Japão, em 1618.²⁶

O xogunato dos Tokugawa, com um poder central forte, aceitava as viagens comerciais desde que se realizassem com fins estritamente económicos. Era, pois, necessário separar os assuntos religiosos dos económicos, o que não foi posto em prática.²⁷ Mais significativamente, os funcionários japoneses consideravam perigosa a ligação entre os dáimios (*daimyo*) cristãos japoneses e os portugueses. Era ideia geral que os cristãos japoneses

obedeciam mais aos seus guias espirituais, europeus, do que aos seus superiores (senhores feudais, normalmente), pelo que o cristianismo passou a ser considerado como uma religião perigosamente subversiva. Estas ideias levaram a uma deterioração nas relações entre japoneses e portugueses.²⁸

Por outro lado, as dívidas comerciais portuguesas começaram a destruir a confiança dos seus credores japoneses, com a sistemática utilização da “respondência” (sistema de crédito que consistia em garantir o empréstimo feito por meio do navio ou da carga, ou por ambos). Este sistema, já antes utilizado algumas vezes, generalizou-se a partir de 1627: os portugueses recebiam, de empréstimo, prata dos japoneses e com ela iam à China comprar seda. A situação chegou a tal ponto que, em algumas viagens, a maior parte da seda trazida da China pertencia aos japoneses. Por volta de 1630 a dívida total portuguesa era calculada entre 200 a 600.000 taéis (tael = 37,8 gramas).

Uma vez que os prestamistas japoneses tinham deixado de conceder crédito aos mercadores portugueses, estes conseguiram obter crédito através dos “quevees” (corretores dos mercadores chineses), em Cantão.²⁹

O constante enfraquecimento da posição dos portugueses, no entanto, e a desconfiança com que o xógum Tokugawa Ieyasu via aumentar o poder do cristianismo, sob os auspícios destes, agravaram-se com a acção dos holandeses que residiam no Japão, os quais procuravam fortalecer a sua própria posição e minar o que restava dos interesses portugueses.

Tal como Hideyoshi fizera na ocasião da promulgação do seu édito de expulsão de 1587, assim fez Ieyasu em 1614, tornando perfeitamente claro que a sua proibição visava unicamente os missionários e que os mercadores de Macau continuariam a ser bem recebidos, desde que confinassem as suas actividades aos assuntos comerciais. O acesso directo aos mercados chineses da seda dava, aos mercadores de Macau, a preferência sobre os seus rivais europeus.³⁰

No ano de 1636, um decreto imperial proibiu qualquer tipo de intercâmbio entre os japoneses e os estrangeiros. Durante mais dois anos, os portugueses – tal como os holandeses, mais tarde – ficaram confinados à ilha artificial de Deshima, perto de Nagasáqui, donde não podiam sair, pois era o único local onde o comércio com os europeus ainda era autorizado.

MACAU ENTRE A CHINA E O JAPÃO

Essa tolerância cessou dramaticamente em 1638-1639, quando os Tokugawa puseram em prática as políticas de exclusão e, na sequência da Revolta de Ximabara, perseguiram impiedosamente aqueles que se haviam convertido ao cristianismo.³¹

Nesta data, contudo, o monopólio português sofria a concorrência de japoneses, holandeses e, principalmente, chineses.³²

Os lucros obtidos com o comércio Macau-Japão, mesmo nos últimos tempos, eram ainda formidáveis. Enquanto a prata exportada anualmente do Japão para Macau, no fim do século XVI, na “nau do trato”, era

Era ideia geral que os cristãos japoneses obedeciam mais aos seus guias espirituais, europeus, do que aos seus superiores (senhores feudais, normalmente), pelo que o cristianismo passou a ser considerado como uma religião perigosamente subversiva.

avaliada em cerca de um milhão de cruzados, a exportação feita nas galeotas, quarenta anos mais tarde, era calculada em três ou quatro milhões de cruzados. Não se sabe ao certo que quantidade desta prata em barra era capital chinês ou japonês, mas as somas envolvidas neste comércio (Macau-Japão) eram impressionantes, especialmente quando comparadas com o comércio dos outros povos europeus com a Ásia, na primeira metade do século XVII.³³

Em 1639 os portugueses foram completamente expulsos do Japão (lei da exclusão). A perda do comércio com o Japão, em circunstâncias tão dramáticas, não foi, contudo, fatal para os comerciantes sediados em Macau e que operavam no mar do Sul da China.³⁴

Mais significativo, segundo Sanjay Subrahmanyam, foi a fome dos anos 40 do século XVII, juntamente com

a transição dos Ming para os Qing, que tornaram incertos os mercados internos da região do Sudeste Asiático. De facto, vagas de refugiados fugitivos dos Qing chegavam a Macau, fazendo esgotar os seus recursos.³⁵

Em 1640, o Senado de Macau queixava-se de que as suas fontes de receita se encontravam esgotadas e previa o completo colapso da cidade, caso não se conseguisse a reabertura daquele comércio.

Assim, recusando-se a perder a esperança em fazer reviver esse comércio, o Senado de Macau enviou a este país, em 1640, uma “embaixada especial”, na esperança de conseguir uma conciliação com os japoneses. Mas a embaixada foi um fracasso, pois a galeota foi apreendida e queimada, o embaixador, o seu séquito e a tripulação foram executados.³⁶

Uma época de glória para Macau, alicerçada no comércio com o Japão, chegara ao fim.

Mesmo assim, os mercadores independentes de Macau e o Senado continuaram a tentar reatar esse fabuloso comércio, embora sem qualquer resultado positivo.

Escusado será dizer que as novas circunstâncias causadas pelo final do comércio com o Japão, em 1639, e a ascensão do agressivo poder comercial e naval dos holandeses nos mares orientais, exigiram dos comerciantes portugueses alguns ajustamentos nas suas rotas comerciais. Os anos 30 de seiscentos, em especial, viram o comércio de Macau florescer especialmente em três zonas, Macassar, Manila e Vietname (Tonquim e Cochinchina). As viagens ao Vietname, Tonquim e Cochinchina eram atribuídas aos mercadores pobres da Cidade, tendo o comércio com esta região atingido o seu esplendor no período de 1617 a 1637.³⁷

Com o encerramento do comércio entre Portugal e o Japão, o comércio com os portos do Sul assumiu uma nova importância.

A rota Macassar-Flores-Solor-Timor, embora sob pressão intensa dos holandeses, tornou-se objecto de um comércio lucrativo em produtos como o sândalo e as especiarias.³⁸

Em 1644, o vice-rei da Índia mandou Gonçalo de Siqueira de Sousa numa embaixada ao Japão, a qual só chegou a Nagasáqui em 1647 (por oposição dos moradores de Macau), mas o xógum lembrou, ao enviado português, a interdição e ordenou-lhe que deixasse o Império: a reconciliação estava completamente fora de questão, mesmo com a solene promessa de não se levarem mais padres para o Japão.³⁹

MACAO BETWEEN CHINA AND JAPAN

Nos finais da década de 1660, as autoridades chinesas da dinastia Qing (manchu) deram ordens às populações costeiras para se retirarem para o interior, devido aos ataques de Coxinga (Zheng Chenggong), lealista e partidário dos Ming.⁴⁰

Isto significava o fim de Macau e, em 1664, o capitão-geral Manuel Coelho da Silva pediu a D. Afonso VI o envio de uma embaixada à corte de Pequim.⁴¹

Em 1667, o embaixador Manuel de Saldanha encontrava-se já em Macau a preparar a embaixada para seguir para Pequim (via Cantão, como era hábito e o exigia o protocolo chinês).⁴²

Em 1669, com a expulsão de Coxinga e a sua retirada da Formosa (Taiwan) – donde expulsara os holandeses, do seu forte Zelandia, em 1662 – as autoridades chinesas retiraram a imposição de deslocar as populações para o interior. A embaixada de Saldanha chegou a Pequim em 1670, mas, apesar de bem recebida, não teve qualquer efeito prático. O mesmo aconteceu em 1678 com a missão diplomática de Bento Pereira de Faria – que fora secretário na embaixada anterior – e que levou um leão de presente ao imperador, o que foi muito apreciado.⁴³

Segundo Sanjay Subhramanyam, o objectivo destas embaixadas não era apenas assegurar os privilégios de Macau, mas fazer com que a embaixada holandesa (1666-1668) não obtivesse sucesso.⁴⁴

É de notar que, neste aspecto, tal como na diplomacia com o Camboja, Vietname e Sião, os portugueses de Macau dispunham de um razoável grau de autonomia de Goa.

Os comerciantes sediados em Macau estavam ainda em posição – assim como durante os séculos XVIII e XIX – de fornecer aos poderes asiáticos canhões, espingardas e munições produzidos no

Ocidente, apesar da fundição de armas de Macau ser apenas uma memória. Este factor, segundo alguns, concedeu-lhes muitas vezes a primazia entre os concorrentes chineses, que cruzavam as mesmas rotas asiáticas comerciando, basicamente, o mesmo tipo de produtos.⁴⁵

Por volta de 1683, a Coroa e o Senado de Macau escolheram alguns “casados” para dirigirem embaixadas a alguns países da Ásia do Sueste, com vista a melhorar as suas relações comerciais. Foi assim que, em 1684, foi enviado, de Macau ao Sião, Pero Vaz de Siqueira (filho do anterior embaixador ao Japão, o capitão Gonçalo de Siqueira de Sousa, e que com ele lá fora), pelo vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, 1.º conde de Alvor, numa missão com objectivos comerciais, (para além dos religiosos), que parece não ter obtido o apoio do rei siamês, Phra Narai, pois as pretensões dos moradores de Macau – participar no comércio marítimo com o Japão, através da coroa siamesa – poderiam pôr em risco o próprio comércio siamês com o Japão. Além disso, era cada vez maior a influência dos franceses no Oriente, através das Missões Estrangeiras de Paris, que tinham o apoio da *Propaganda Fide*.

No Sião, o ministro do rei Phra Narai, Constantine Phaulkon, nutria especial simpatia por aqueles, pelo que a intromissão do vigário apostólico do Sião, monsenhor Louis Laneau, das Missões Estrangeiras de Paris, com a conivência de alguns portugueses radicados no Sião, fez fracassar os esforços de Pero Vaz de Siqueira, que regressou a Macau.⁴⁶



MACAU ENTRE A CHINA E O JAPÃO

Em 1685, os moradores de Macau recolheram uns “japões” que tinham naufragado e aproveitaram a oportunidade para enviar ao Japão um barco com esses japoneses e, ao mesmo tempo, tentar novamente reatar o comércio com aquele país. Mas não havia mais nenhum navio, no porto de Macau, a não ser o navio *S. Paulo*, de Pero Vaz de Siqueira – regressado da missão diplomática ao Sião – que se estava a preparar para partir para Manila, pelo que este logo ofereceu o seu navio e se dispôs a pagar parte das despesas resultantes dessa viagem (3/4), sendo o restante suportado pelo padre procurador da província do Japão.⁴⁷ Os portugueses, tal como na embaixada anterior, não foram autorizados a desembarcar em Nagasáqui e foram mandados regressar, com o aviso de que “não pensasse o governo de Macau em mandar novo barco...”, e só lhes foram

poupadas as suas vidas por terem levado de regresso os doze japoneses.⁴⁸

Nos finais do século XVII havia, em Macau, apenas vinte e quatro “homens-bons” e, desses, somente quinze válidos, embora só sete estivessem aptos para o governo da cidade; proprietários de navios eram apenas cinco, entre eles Pero Vaz de Siqueira e sua cunhada, D. Catarina de Noronha.⁴⁹

Em 1685, o imperador Kangxi publicou um decreto imperial que determinava a abertura do porto de Cantão a estrangeiros, pelo menos uma vez por ano, durante a feira anual.⁵⁰

Macau perdeu, assim, o papel de entreposto comercial exclusivo e os portugueses deixaram de ser os únicos intermediários no comércio com a China.

Estava, pois, terminada uma época áurea, para Macau. **RC**

NOTAS

- 1 W. H. Ha, *A Short History of the Far East: China and Japan (1791-1952)*, pp. 147-148.
- 2 Arthur Cotterell, *China: A History*, p. 191.
- 3 Arthur Cotterell, *China: A History*, p. 191.
- 4 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan (1549-1650)*, pp. 6-7.
- 5 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan ...*, pp. 248-253.
- 6 Arthur Cotterell, *China: A History*, p. 213.
- 7 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, p. 68.
- 8 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império ...*, p. 73.
- 9 Geoffrey Gunn, *Ao Encontro de Macau: Uma Cidade-Estado na Periferia da China, 1557-1999*, pp. 44-46.
- 10 Michael Cooper, “The First Meeting between Japan and the West”, in *The Mutual Encounter of East and West, 1492-1992*, pp. 3-4.
- 11 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan ...*, pp. 256-257.
- 12 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, p. 132.
- 13 Roderich Ptak, “O comércio marítimo na Ásia Meridional e Oriental (1600-1750)”, in *Povos e Culturas*, n.º 5 - *Portugal e o Oriente: Passado e Presente*, pp. 200-201.
- 14 Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, pp. 7-9.
- 15 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império ...*, p. 72.
- 16 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império ...*, pp. 65-74.
- 17 Charles Ralph Boxer, *The Great Ship from Amacon*, pp. 114-116.
- 18 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império ...*, pp. 73-74.
- 19 Charles Ralph Boxer, *The Great Ship from Amacon*, pp. 159-160.
- 20 Charles Ralph Boxer, *The Great Ship from Amacon*, pp. 96-97 e p. 122.
- 21 Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, pp. 10-17.
- 22 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan ...*, p. 212.
- 23 Benjamim Videira Pires, *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XV a XVIII*, p. 9.
- 24 Charles Ralph Boxer, *The Great Ship from Amacon*, pp. 96-97 e pp. 154-155.
- 25 Charles Ralph Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente (1580-1770)*, pp. 26-29 e pp. 43-44.
- 26 É de notar que os holandeses atacaram Macau, pela primeira vez, em 1601, repetiram-no em 1604 e 1607, culminando no ataque de 1622, que ficou célebre pela pesada derrota infligida pelos portugueses aos holandeses. Cf. Anders Ljunstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado de Macau, 1999, pp. 98-99.
- 27 Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, p. 23.
- 28 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan ...*, pp. 368-374.
- 29 Charles Ralph Boxer, *The Great Ship from Amacon*, pp. 159-160.
- 30 Anders Ljunstedt, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlement in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*, pp. 94-96.
- 31 “Revolta de Ximabara” – foi uma revolta camponesa, com origem na região de Arima, em Kyushu, onde os cristãos (camponeses) se revoltaram contra o daimio e foram esmagados e massacrados em grande número. Cf. Benjamim Videira Pires, *A Embaixada Mártir*, pp. 36-47.
- 32 Os ingleses tentaram também encetar relações comerciais directas com a China, enviando uma frota de quatro navios, comandada pelo capitão John Weddel, em 1637, que se dirigiu a Macau, seguindo, depois, para Cantão. Cf. Tien-Tsê Chang, *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644*, pp. 176-182.
- 33 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan ...*, pp. 375-382 e *The Great Ship from Amacon*, pp. 163-165.
- 34 Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan ...*, pp. 375-382 e *The Great Ship from Amacon*, pp. 163-165.
- 35 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*, pp. 292-293.
- 36 Benjamim Videira Pires, *A Embaixada Mártir*, pp. 57-71.
- 37 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, p. 13.
- 38 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau ...*, pp. 14-29.

MACAO BETWEEN CHINA AND JAPAN

- 39 *Embaixada de Portugal ao Japão em 1647: Relação Inédita Anotada por C. R. Boxer*, pp. 5 -15.
- 40 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, pp. 132-136.
- 41 Pe. Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 106. É de notar que, em 1640, dera-se a Restauração da Independência e, nesta altura, Portugal ainda se encontrava em guerra com a Espanha (Guerras da Restauração); na China, dera-se a mudança de dinastia, dos Ming para os Qing, em 1644 (data da conquista de Pequim pelos manchus).
- 42 Fernando Correia de Oliveira, *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*, pp. 67-75.
- 43 Charles Ralph Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia, 1602-1795*, pp. 30-46; e, ainda, José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica* (anotada por C. R. Boxer), vol. II, p. 101-103.
- 44 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700...*, pp. 298.
- 45 Pe. Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 47; e, ainda, Charles R. Boxer, *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500-1750*, pp. 164-166.
- 46 A. H. G., Arch. Vol. 58 – *Monções do Reino*, vol. n.º 51 A.
- 47 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, p. 143.
- 48 Ana Maria Leitão, “Os Portugueses e o termo das relações comerciais com o Japão: tentativas de reaproximação e substituição”, in *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, p. 228.
- 49 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau ...*, pp. 11-14.
- 50 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, p. 140.

BIBLIOGRAFIA

- Boxer, Charles Ralph. *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Manchester: Carcanet, 1993.
- . *Dutch Merchants and Mariners in Asia, 1602-1795*. Londres: Variorum Reprints, 1988.
- . *Fidalgos no Extremo Oriente (1580-1770)*. Macau: Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos, 1990.
- . *The Great Ship from Amacon*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988.
- . *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500-1750*. Londres: Variorum Reprints, 1985.
- Coates, Austin. *Macau, Calçadas da História*. Macau: Gradival/ Instituto Cultural de Macau, 1991.
- Cooper, Michael. “The First Meeting between Japan and the West”, in *The Mutual Encounter of East and West, 1492-1992*, edited by Peter Milward. Tokyo: The Renaissance Institute – Sophia University, 1922.
- Costa, João Paulo Oliveira e. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995.
- Cotterell, Arthur. *China: A History*. Londres: Pimlico, 1990.
- Coutinho, Valdemar. *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- Embaixada de Portugal ao Japão em 1647: Relação Inédita Anotada por C. R. Boxer*. Lisboa: Imprensa Limitada, 1928.
- Gunn, Geoffrey. *Ao Encontro de Macau: Uma Cidade-Estado na Periferia da China, 1557-1999*. Macau: CTMCDP/ Fundação Macau, 1998.
- . *Nagasaki in the Asian Bullion Trade Networks*, (s.l.), ed. japonesa, 1999.
- Janeira, Armando Martins. *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988.
- Jesus, C. A. Montalto de. *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990.
- Leitão, Ana Maria. “Os Portugueses e o termo das relações comerciais com o Japão: tentativas de reaproximação e substituição”, in *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, direcção de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos. Lisboa, 1994.
- Ljungstedt, Anders. *An Historical Sketch of the Portuguese Settlement in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*. Hong Kong: Vicking Hong Kong Publications, 1992.
- Maria, José de Jesus. *Ásia Sínica e Japónica* (anotada por C. R. Boxer), vol. II. Macau: Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988.
- Oliveira, Fernando Correia de. *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*. Lisboa: Público/Fundação Oriente, 1998.
- Pires, Benjamim Videira. *A Embaixada Mártir*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988.
- . *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XV a XVIII*. Macau: Centro de Estudos Marítimos, 1987.
- . *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*. Macau: Instituto Cultural de Macau/Museu Marítimo, 1993.
- Ptak, Roderich. “O comércio marítimo na Ásia Meridional e Oriental (1600-1750)”, in *Povos e Culturas n.º 5 - Portugal e o Oriente: Passado e Presente*, direcção de Artur Teodoro de Matos e Carlos M. Laranjeiro. Lisboa: Universidade Católica, 1996.
- Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1992.
- Souza, George Bryan de. *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- Subrahmanyam, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, 1995.
- Teixeira, Pe. Manuel. *Os Japoneses em Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- . *Macau no Século XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
- Tien-Tsê Chang. *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997.
- W. H. Ha. *A Short History of the Far East: China and Japan (1791-1952)*. Hong Kong: Ling Kee Publishing, 1975.